

# REFORMA UNIVERSITARIA DE CÓRDOBA, NOVENTA ANOS

## UM ACONTECIMENTO FUNDACIONAL PARA A UNIVERSIDADE LATINO-AMERICANISTA

---

ROBERTO LEHER\*

O movimento reformista de 1918 não foi um raio em céu azul que irrompeu no céu de Córdoba. No início do século, diversas greves estudantis convulsionaram a Universidade de Buenos Aires. A matriz civilizacional das grandes fortunas latino-americanas *ilustradas* –a Europa– estava desmoralizada por uma sangrenta guerra que transformava os jovens em “buchas de canhão”. Alternativamente, o proletariado forjava uma outra civilização com a Revolução de 1917. Internamente, na Argentina, uma nova onda de confrontos estava anunciada. De um lado, o Radicalismo<sup>1</sup> havia chegado

ao governo em 1916 e necessitava de uma universidade não jesuítica para levar adiante o seu projeto de desenvolvimento e, por isso, seus apoiadores estavam dispostos a reformar parcialmente a universidade; de outro, os setores oligárquicos e a igreja reacionária, por sua vez, recrudesciam o controle que já detinham sobre a universidade como uma espécie de cidadela para manter a ascendência sobre a formação das classes médias e dominantes.

A crescente intransigência das oligarquias e da igreja acelerou os conflitos estudantis. Em 1918, os confrontos se agravaram a partir de maio com reitores destituídos, intervenções federais, golpes e contragolpes que inviabilizam os reclamos estudantis. Os estudantes da Universidade de Córdoba declaram uma Greve Geral estudantil, empreenderam ações diretas impedindo a votação de novos interventores e

---

\* Professor da Faculdade de Educação da UFRJ.

1 Em “1891 *la Unión Cívica Radical hace su aparición en la escena política argentina. Entre sus principales dirigentes se encontraban además de Alem y su sobrino Hipólito Yrigoyen, Marcelo T. de Alvear, Deodoro Roca, Lisandro de la Torre, Pelagio Luna, José Lencinas, Ángel Gallardo, Tomás A. Le Bretón, José Luis Cantilo, Felipe Senillosa, Bernardo de Irigoyen,*

---

*Aristóbulo del Valle y otros*” em <[www.ucr.org.ar/nota.php?NOTAID=1465](http://www.ucr.org.ar/nota.php?NOTAID=1465)>.

---

chegando mesmo a escolher e nomear as novas autoridades entre os seus representantes estudantis. Rapidamente, o movimento ganhou o apoio dos estudantes de todas as universidades argentinas. Nas palavras da Federação Estudantil da Universidade de Buenos Aires, “estamos com vocês no espírito e no coração”.

As idéias gestadas em Córdoba bradam em outros países que também conhecem insurreições, transtornando a moribunda calma de instituições universitárias hierarquizadas, conservadoras, autoritárias e pouco afeitas ao que Bachelard (1968) denominou, em outro contexto, de “espírito científico”.

Foi nessa circunstância que o Manifesto seminal foi redigido por Deodoro Roca em 21 de junho de 1918. O Manifesto é um texto vigoroso, ousado na defesa da insurreição estudantil e da luta heróica, dotado de pinceladas antiimperialistas, contundente na crítica à imobilidade e ao autoritarismo da hierarquia fossilizada da universidade, ácido na crítica ao espírito de rotina e

de submissão da grande maioria dos professores que concebiam a ousadia intelectual como um anátema. É um texto enfático no anticlericalismo e luminoso na concepção latino-americanista.

A defesa da laicidade que atravessa todo o Manifesto é marcadamente política. A Igreja detinha o controle sobre a instituição e sobre as atividades docentes. Neste contexto, em Córdoba, o curso de Direito, ocultado pelo eufemismo “direito público eclesiástico” era balizado pelo direito canônico e nos cursos de filosofia se ensinava que “a vontade divina era a origem dos atos dos homens” (Portantiero, apud Rieznik, 2000:149). O juramento profissional era realizado sobre os Santos Evangelhos. Os setores acadêmicos conservadores se mantinham no poder por normas criadas por eles para se perpetuarem em suas cátedras vitalícias e pela criação de confrarias (“Corda Frates”) que agrupavam professores e forças políticas locais reacionárias, como o então governador da Província, ministros, prefeitos.

É também um texto que contem marcas egocêntricas como os eixos de sua agenda: o regime administrativo, os métodos docentes e o conceito de autoridade que vigeram na universidade. Em virtude da gênese estudantil do movimento, este ainda não pôde enfrentar com objetividade a problemática que, em 1925, o cubano Julio Antonio Mella delineou com precisão: “Nada se resolve em fazer da universidade um centro tecnicamente perfeito, se a massa estudantil, que provém dos colégios religiosos ou dos colégios laicos privados, tem já formada uma mentalidade burguesa, e não científica da universidade”. Isso não quer dizer que as *revoluções estudantis* não tenham sido avaliadas por Mella como importantes, pois, em sua apreciação, acenderam um movimento de proporções latino-americanas e sinalizaram, na prática, a possibilidade de amplas transformações nas universidades marcadas pelo arcaísmo (Círia e Sanguinetti, 1968:19).

Córdoba foi mais do que um episódio radicalizado dos estudantes. Liberais, positivistas, socialistas, anarquistas, antiimperialistas de distintos matizes disputaram o caráter do movimento reformista. Mas a despeito de sua heterogeneidade, as lutas e os embates seguiram ao longo de todo o ano de 1918 (e a rigor, ao longo de todo o século XX é possível encontrar ecos dessas

lutas), produzindo avanços organizativos como a constituição das Federações Universitárias de Córdoba (FUC) e da Argentina (FUA). Tampouco foi um movimento protagonizado por pequenos grupos. Dois meses após o lançamento do Manifesto, os estudantes reuniram 20 mil pessoas em um ato, incluindo a Federação Operária.

Embora ainda incipientes enquanto força política organizada, protagonistas socialistas e antiimperialistas líderes desse movimento trouxeram para a luta da juventude latino-americana a Revolução Russa de 1917. E, no processo de enfrentamento, afirmaram uma agenda antiimperialista que, ao recolocar a questão nacional e os sujeitos históricos da luta de classes em países capitalistas dependentes, provocaram reflexões originais, configurando um marxismo latino-americano com Ingenieros, Ponce, Mella e Mariátegui.

Essa combinação de perspectivas propiciou reflexões penetrantes sobre a educação popular, o caráter da universidade, incluindo problemas até então considerados incompatíveis com a educação superior: a presença dos proletários nas instituições; o governo compartilhado e a autonomia da universidade, e as perspectivas latino-americana e antiimperialista. Por isso, até os dias de hoje, os conservadores reagem indignados à particularidade das universidades latino-

americanas, consideradas desviantes do modelo europeu e, mais recentemente, das instituições estadunidenses. Diante das resistências ao projeto de conversão das universidades brasileiras ao modelo dos *community colleges* estadunidenses mitigado com o Acordo de Bolonha, uma das maiores conquistas da ofensiva neoliberal na Europa, um publicista do projeto Universidade Nova alertou para o risco de isolamento da universidade brasileira diante do modelo de universidade mundializada pelos senhores do mundo (Monteiro, 2007). Não é casual que a ofensiva neoliberal dos anos 1990 objetivou destruir todos os fundamentos dos reformistas: a gratuidade, o governo democrático e o pluralismo político, a autonomia, a liberdade de pensamento e de expressão, garantidas por cátedras paralelas e pelo ingresso por meio de concurso público, o co-governo, o acesso universal, a natureza pública dos processos institucionais.

O movimento que havia sido iniciado com uma agenda com inequívocas referências liberais acabou propiciando um ambiente intelectual no qual se afirma um pensamento crítico original que torna a problemática da universidade latino-americana distinta das demais regiões. As idéias reformistas ao serem apropriadas por estudantes socialistas assumem cada vez mais um caráter antiimperialista, revolucionando as

concepções até então vigentes de um marxismo que era assimilado como algo pronto para explicar a realidade latino-americana. Entre os mais destacados pensadores desta perspectiva é imprescindível mencionar, além do já mencionado Deodoro Roca: Gabriel del Mazo, um dos principais ideólogos e historiadores do movimento; Manuel Ugarte, um dos líderes da FUA, e Julio V. González que, embora presidente da Federação Estudantil de La Plata, viveu intensamente as lutas de Córdoba, notadamente como secretário do I Congresso Nacional de Estudantes que estabeleceu as bases *doutrinarias* da Reforma acentuando o antiimperialismo. Imbuído de um ideal geracional proveniente de Ortega y Gasset (que visitara a Argentina em 1913), González chegou a criar um partido reformista de natureza estudantil, iniciativa que posteriormente reconheceu como equivocada. Também se engajaram nessa luta destacados intelectuais antiimperialistas, entre os quais se distinguem José Ingenieros (1877-1925) e seu discípulo Aníbal Norberto Ponce (1898-1938), editores da *Revista de Filosofía* que Mariátegui reconheceu como uma das publicações que melhor defendeu a Revolução Russa.

Ingenieros foi considerado o *mestre* que impulsionava o movimento reformista. Embora eclético – conjugava positivismo, marxismo e evo-

lucionismo –, contribuiu para quebrar o silêncio reinante no claustro universitário acentuando que a reforma teria de se dar no bojo de uma luta antiimperialista, ampliando os termos do Manifesto de 1918, aproximando as lutas universitárias do socialismo (em especial da Revolução Russa) e do latino-americanismo. As iniciativas antiimperialistas de Ingenieros contribuíram para que, alguns anos depois, fossem criadas duas construções políticas distintas: i) a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA) que se consolidaria no Peru com Haya de la Torre, outrora líder da federação de estudantes, de teor mais nacionalista e burguês, posteriormente organizada como partido e ii) a União Latino-americana, a qual se somou Ingenieros, Ponce, Mella e, mais tarde, Mariátegui que sustentava a inviabilidade dos objetivos transformadores fora dos marcos de uma revolução proletária. Para perplexidade dos conservadores e clérigos, Ingenieros associou a autonomia e o autogoverno universitários aos *Soviets*.

Ponce escreveu no Prefácio de um livro de Julio González: “As chamas que enrubescem o Oriente (a Rússia) incendiariam, com nós, a velha universidade” (Kohan, 2002: 89). Certamente, seu clássico livro *Educação e luta de classes* foi fruto de seu engajamento nessas lutas. Não que Ponce avaliasse que o processo cordoben-

se pudesse alterar substantivamente a educação; ao contrário, como Mella, sustentava que a educação emancipatória dependeria da luta contra o capitalismo e, por isso, a defesa da luta de classes. Entretanto, inovou ao propugnar que a revolução requereria que se considerasse a educação parte da estratégia política, por isso o engajamento dos reformadores nas lutas antiimperialistas e, ao mesmo tempo, nas jornadas universitárias.

Julio Mella (1905-1929) se aproximou do movimento de Córdoba por seu radical anticlericalismo, sendo fundador da liga anticlerical de Cuba (1922), da Federação de Estudantes de Cuba (1923), da liga antiimperialista das Américas e do partido comunista (1925). Por ter se destacado como excepcional militante, foi assassinado no exílio a mando do ditador Geraldo Machado. É importante destacar que Mella teve contato com as obras de vários reformadores argentinos, como Ingenieros (a quem conheceu pessoalmente em 1925), Dario e Ugarte. Quando a insurgência estudantil cubana declarou a universidade livre, cinco anos após Córdoba, Mella, então com vinte anos, assumiu o cargo de reitor interino da alta casa de estudos (Kohan, 2002:105).

Para ele, o cerne da Reforma Universitária passava por três eixos: a autonomia, pois a uni-

versidade era sufocada pelo governo corrupto; a representação, concretamente, o governo compartilhado, e a depuração do claustro. Em termos objetivos, a reforma teria de abarcar quatro núcleos: a) não ser uma fábrica de títulos; b) não ser uma escola de comércio “aonde se vai buscar tão somente um meio de ganhar a vida”; c) influir de maneira direta na vida social, e d) socializar o conhecimento. Esta última preocupação nada tinha de proclamatória. Junto com companheiros, Mella criou a Universidade Popular José Martí, dirigida pelos trabalhadores, com o objetivo de “destruir uma das tiranias da atual sociedade: o monopólio da cultura” (Mella, 1924, apud Kohan, 2002: 108).

Mariátegui (1894-1930), em pleno calor dos acontecimentos, constatou a heterogeneidade do movimento e as tensões provocadas pelo Radicalismo que restringia a autonomia do movimento, bem como as limitações liberais vindas dos EUA. Contudo, reconheceu que com o contato com o proletariado, as idéias foram se tornando mais claras e adquiriram um contorno mais revolucionário, abandonando a postura inicial romântica, geracional e messiânica (Tünnermann Bernheim, 1997:15). Para levar adiante um ideário mais ligado às lutas populares, o Congresso Nacional de Estudantes criou, em 1920, a Universidade Popular Gonzáles Pra-

da, cujo reitorado ficou a cargo de Haya de la Torre. Foi Mariátegui que introduziu os povos indígenas nos programas de formação política. Distintamente do marxismo eurocêntrico, o editor de *Amauta* sustentava em *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana* que o marxismo latino-americano não poderia ser “nem decalque, nem cópia”. Com esta obra, ocorre uma *latino-americanização* das idéias socialistas e marxistas.

Distintamente do presente –em que não existem frações burguesas locais portadoras de um projeto estratégico para a universidade pública– o movimento de Córdoba contou com o apoio de frações burguesas locais que chegaram ao poder com o Radicalismo. Em mais de uma circunstância o Presidente Yrigoyen se colocou ao lado dos reformistas, assim como o ex-governador da Província Juárez Celman, parlamentares, como Juan B. Justo, um socialista evolucionista (Kohan, 2002: 43) e Alfredo Palacios. De fato, existiam setores burgueses e pequeno-burgueses que enfrentavam as forças reacionárias da igreja que mantinham a universidade como sua fortaleza em um país que passava por ativa efervescência cultural e política. Essa universidade reprodutora e fossilizada não atendia aos anseios de desenvolvimento almejado pelo Radicalismo e, por isso, o apoio à

luta estudantil, dentro de certos limites, desde que não afrontasse a ordem burguesa.

Em um quadro em que a universidade pública, gratuita, assentada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, deixa de compor a agenda estratégica das frações burguesas locais, a defesa da universidade pública somente pode ser protagonizada pelos setores populares. O que fica da agenda e dos métodos de luta que transtornaram Córdoba e iluminando as lutas de toda a América Latina para os embates de hoje, em que não existem frações burguesas locais capazes de liderar um projeto nacional no qual a universidade pública é uma instituição estratégica?

### **INSPIRAÇÕES DE CÓRDOBA, NOVENTA ANOS DEPOIS**

Um balanço sobre o ideário de Córdoba realizado pelos participantes do Grupo de Trabalho Universidade e Sociedade (2007) do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, assim sintetizou a atualidade das consignas de Córdoba:

El GT reivindica la actualidad de los fundamentos de la reforma de Córdoba como principios orientadores de la reforma radical de la Universidad hoy, como la pluralidad, la democracia, la auto-

nomía, la libertad de pensamiento y expresión, el co-gobierno, el acceso universal, la naturaleza pública de los procesos institucionales.

Se reafirma esta agenda con elementos nuevos, como el de estados plurinacionales, la incorporación de diferentes visiones culturales, la educación superior como derecho humano y patrimonio social, garantizada por el Estado, rescatando sus aportes durante el Siglo XX, como elemento indispensable para su construcción.

El Libre acceso que garantiza una presencia equitativa de los pueblos, culturas y clases, la crítica a los sistemas de evaluación productivista, tecnicista, privatizadora, competitiva, segregacionista y que establece rankings y sirve a la mercantilización. En suma, recuperar la evaluación para los evaluadores originales (profesores, estudiantes e instituciones). (CLACSO e GT Universidad y Sociedad, 2007)

Não deixa de ser surpreendente que docentes estudiosos da educação superior em distintos países latino-americanos reivindiquem como atuais os grandes eixos das lutas de Córdoba. A preocupação com o pluralismo, a liberdade de pensamento e a autonomia universitária vem sendo sustentada como um tema prioritário, tendo em vista a crescente dependência das universidades aos imperativos financeiros e institucionais particularistas. Tais imperativos direcionam as atividades universitárias de

modo discriminatório, privilegiando as esferas mercantis e penalizando as pesquisas básicas (gramscianamente) desinteressadas e, principalmente, as investigações motivadas pela necessidade de enfrentar os grandes problemas nacionais dos povos e, por isso mesmo, críticas ao padrão de acumulação em curso e à sua superestrutura ideológica, o social-liberalismo.

A defesa da autonomia acadêmica da universidade no tempo presente passa, conforme o GT, pela luta contra o aparato de avaliação edificado pelos neoliberais, tanto na esfera governamental como por meio da criação de associações e ONG que congregam governos e empresas. É por meio desse aparato supostamente técnico e baseado em procedimentos “científicos” que o que é dado a pensar é formatado pelo pensamento único. A avaliação padronizada é também uma ferramenta auxiliar para a implementação de reformas curriculares amigas do mercado, para a edificação de *rankings* entre instituições, para a distribuição de recursos com base em uma lógica utilitarista e para a conformação de uma carreira remunerada por parâmetros produtivistas. Nesse sentido, no combate à heteronomia, a avaliação tem de ser retomada pelos sujeitos da educação, os professores e os estudantes, desvinculando-a de toda perspectiva produtivista.

Outro aspecto relacionado às lutas cordobenses foi a compreensão de que somente uma universidade financiada pelo Estado, mas livre das ingerências governamentais, poderia dispor da necessária autonomia para garantir a liberdade de cátedra e garantir a sua universalização. Os participantes do GT salientaram que o livre acesso a universidade, uma conquista de Córdoba, ainda é um imenso desafio a ser superado no século XXI. Além da estagnação relativa da oferta de vagas públicas e da possibilidade de que novas vagas sejam criadas fora do padrão universitário, nos termos dos *community colleges* e do padrão de baixa qualidade estabelecido pela maior parte das instituições privado-mercantis (Leher, 2007) e dos cursos a distancia massificados, é preciso enfrentar o falso universalismo liberal.

Ignorando as profundas diferenciações existentes no sistema de educação básica, os setores conservadores operam politicamente para impedir que a educação pública seja realmente unitária. A defesa do caráter unitário da educação requer a incorporação de uma perspectiva classista, em prol dos trabalhadores explorados e em favor das etnias sobre as quais o processo do capital foi historicamente erigido. Deliberadamente, as políticas focalizadas e de cunho gerencial abstraem o



peso da classe na conformação da escola capitalista, situando as desigualdades como um problema de equidade, de respeito à diferença e passível de soluções gerenciais. Embora existam inúmeros estudos acadêmicos sobre a natureza estrutural das distinções de classes na escola capitalista (sobressaindo autores como o próprio Aníbal Ponce, Louis Althusser, Christian Baudelot e Roger Establet, Pierre Bourdieu e J. C. Passeron<sup>2</sup>) e até mesmo, a UNESCO seja obrigada a reconhecer que as diferenças de classes produzem contrastes abissais –em especial quando comparamos a parcela da população que vive em condições de riqueza (entre 1% e 5% mais ricos) e as camadas mais exploradas (entre 20% e 60% das populações)–, as políticas educacionais social-liberais não enfrentam de fato o problema. Alternativamente, um real universalismo requer a incorporação dos povos que

historicamente não compuseram as nações eurocentradas, por isso a defesa, nos dias de hoje, da universidade intercultural, abrindo diálogos não apenas sobre a democratização efetiva do acesso, mas também nos terrenos da epistemologia e da episteme. Embora a problemática da interculturalidade e dos estados plurinacionais não estivesse presente em Córdoba, é inequívoco que o pensamento advindo desse movimento, em especial os de Mella e Mariátegui, colocou o desafio de construção de um conhecimento original que não fosse uma mera transposição de saberes produzidos em outros contextos.

As reivindicações de Córdoba seguem causando aversão aos setores conservadores –por isso contêm um acento político radical– em virtude da desconstrução do conceito de universidade, substituído, cada vez mais, pelo de organizações de ensino terciárias, mais massificadas, mas muito distintas das instituições que poderiam cumprir as funções sociais preconizadas pelos reformadores de 1918. Se houve algum avanço em governos liberal-democráticos, ou em governos sustentados por coalizões heterogêneas que necessitavam da universidade como uma instituição estratégica para o processo de substituição das importações (1930-1990) em grande parte dos países

---

2 Ponce, Aníbal 2005 *Educación e luta de classes* (São Paulo: Cortez); Althusser, Louis 1998 (1983) *Aparelhos Ideológicos de Estado* (Rio de Janeiro: Graal); Baudelot, Christian e Establet, Roger 1971 *L'école capitaliste en France* (Paris: Maspéro); Bourdieu, Pierre e Passeron, Jean Claude 1992 (1975) *A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino* (Rio de Janeiro: Francisco Alves).

da região, no presente, conforme a análise do referido GT, inexistem frações dominantes locais que tenham a universidade pública e capaz de produzir conhecimento novo como parte relevante de seu projeto estratégico como classe ou coalizão de classes. Por isso, o futuro da universidade está indissociavelmente relacionado às lutas sociais antisistêmicas conforme previram os intelectuais protagonistas das lutas de Córdoba e pela reforma da universidade latino-americana.

Uma pergunta crucial: se é possível sustentar a atualidade da agenda de Córdoba, existem nas lutas protagonizadas pelos movimentos estudantis ecos dos ideais sustentados pelos reformistas? As respostas a essa indagação não são simples. Como não foi possível forjar um movimento universitário latino-americano no escopo de movimentos antiimperialistas mais amplos e persistentes no tempo, como queriam Mella e Mariátegui, os nexos dos movimentos do presente com o movimento derivado de Córdoba não são imediatos. Contudo, examinando determinadas lutas atuais é inequívoco que não apenas persistam elementos centrais da agenda, mas também dos métodos radicais e criativos de lutas que guardam fortes similaridades com os de outrora. Da virada do século XX ao pre-

sente, duas grandes lutas são emblemáticas: a greve da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), em 1999, e a mobilização dos *Pinguins* chilenos, em 2006. Anteriormente, nas jornadas de 1968, também muitos dos ideais cordobenses estiveram ecoando nas lutas da juventude latino-americana.

A longa greve da, UNAM, uma das universidades mais importantes da América Latina, foi deflagrada em virtude da quebra no princípio da gratuidade do ensino ofertado pelo Estado, preceito constitucional que remonta a Revolução mexicana que, como lembra Cedeña (2000: 43), “constitui um dos pilares do imaginário social” do povo mexicano. Em virtude da crise econômica que se agravava no país, o Reitor da UNAM propôs o aumento das taxas estudantis devido à insuficiência do orçamento público. Em uma sessão considerada irregular, sem a presença dos que se opunham à medida, o Conselho Universitário aprovou o aumento. Inspirados pelas práticas zapatistas, os estudantes promoveram uma consulta com 100 mil acadêmicos, terceira parte da comunidade, que se pronunciou majoritariamente em defesa da gratuidade.

Em 20 de abril de 1999, a greve foi deflagrada e sendo constituído, em uma massiva assembléia, um Comando Geral de Greve

(CGG) que guarda semelhanças com a forma de organização do movimento de Córdoba. Este era composto por militantes de forças políticas institucionalizadas como o Partido da Revolução Democrática, por correntes radicais já existentes na UNAM e, sobretudo, por um grande conjunto de estudantes sem partido, desvinculados de correntes e com um enorme rechaço por essas formas organizativas. Um dos aspectos mais inovadores deste movimento foi que os procedimentos foram considerados tão importantes quanto os seus conteúdos. O processo de decisão passava necessariamente pelas assembléias locais e somente seriam votadas no CGG se houvesse consenso de pelo menos 19 escolas (das 29 escolas existentes). Todas as representações em negociações eram rotativas.

Essa forma horizontalizada de poder propiciou uma intensa politização. Assim, logo a greve era também contra os acordos do governo com o Banco Mundial, que corroíam o carácter público da educação, e outros setores sociais se somaram na solidariedade ativa aos estudantes, como os zapatistas e diversos sindicatos, por meio de grandes marchas pelo país e por uma gigantesca manifestação na Praça do Zócalo, epicentro político da capital mexicana. A UNAM permaneceu em

greve até 10 de fevereiro de 2000, quando a Polícia Federal invadiu a universidade prendendo mais de mil estudantes. As taxas não foram majoradas e a universidade deixou de participar dos exames de avaliação do Centro Nacional de Avaliação, como reivindicaram os estudantes.

Outro movimento que guarda similaridade com as lutas cordobenses é a chamada “Rebelião dos *Pinguins*” (2006), protagonizado massivamente por estudantes secundaristas que ocuparam diversos colégios, liceus e escolas e reuniram centenas de milhares de jovens nas ruas das principais cidades do Chile. De modo inesperado para o governo da *Concertación*, os estudantes chegaram a reunir mais de um milhão de manifestantes nos protestos, levando o governo de esquerda a empreender uma dura repressão policial contra o movimento. A similaridade encontrava-se, sem dúvida, em sua agenda, centrada, inicialmente, na defesa da gratuidade e da democracia, exigindo medidas concretas para aumentar as oportunidades de educação dos segmentos populares que não podem custear as elevadas mensalidades do ensino superior chileno, seja público ou privado. Contudo, seus métodos de ação e suas formas de organização das lutas foram o ponto de maior convergência.

Com a radicalização e a politização do movimento, a exemplo de Córdoba, a agenda foi ampliada para questões mais estruturais. A politização do movimento levou os *Pingüins* a reivindicar transformações gerais na educação chilena, exigindo a revogação da Lei Orgânica Constitucional de Educação, de 10 de março de 1990 (LOCE), derradeiro ato da ditadura de Pinochet, intocado pelos governos da *Concertación*.

Vale lembrar que a LOCE ampliou a participação do setor privado na prestação de *serviços* educativos. Com a Lei, o Estado progressivamente desobrigou-se em assegurar o direito de todos à educação, institucionalizando o fim da gratuidade da educação nas universidades públicas, enquanto a oferta privada, subsidiada por verbas públicas, foi vigorosamente expandida. Entretanto, essa educação é marcadamente desigual variando de *qualidade* conforme a renda dos estudantes.

A organização unitária não suprimiu a auto-organização de grupos diversos, compreendendo desde forças de esquerda radicais organizadas –já presentes no movimento estudantil, mas defensoras da autonomia do movimento frente aos partidos e governos– até uma miríade de estudantes independentes. Os estudantes se organizaram em uma *Asamblea Coorde-*

*nadora de Estudiantes Secundários* (ACES) e definiram que os porta-vozes seriam rotativos e que responderiam diretamente à assembléia de representantes, por meio de práticas de democracia direta e de representação por mandato. A classe política e os partidos políticos tradicionais foram descartados como sujeitos desse movimento. A revolta esboçou uma nova forma de fazer e construir a política democrática (Leyton, 2006).

Todos esses movimentos recusaram delegar o poder a formas institucionalizadas de representação que, embora presentes, tiveram de se submeter às formas mais diretas de democracia ao modo “mandar, obedecendo” zapatista. Um outro traço comum desses movimentos é a reivindicação de uma educação não mercantilizada recolocando na agenda política a questão do público.

No Brasil, é possível encontrar a presença de ecos de Córdoba no movimento de reforma universitária brasileiro que se ampliou no início dos anos sessenta, havendo referências explícitas a ele no I Seminário Nacional da Reforma Universitária, realizado pela UNE, em 1961, em Salvador, Bahia. As idéias de Córdoba também estão presentes nas jornadas de 1968, notadamente no México, em que centenas de estudantes foram executados.

Córdoba, 90 anos depois? O que fica? Para além dos fundamentos de uma universidade autônoma, co-governada, pública, gratuita e comprometida com os problemas nacionais, permanecem os ensinamentos de que a universidade verdadeiramente universal, em que caibam todos os povos, requer a luta anticapitalista e antiimperialista. Isso somente será possível se a educação, enquanto estratégia política, for difundida por universidades populares que articulem a classe trabalhadora e os nichos de pensamento crítico que seguem existindo nas universidades públicas. A união operária, camponesa, estudantil, em todos os níveis, com os trabalhadores da educação, é o novo ponto de partida a que Florestan Fernandes fez referência no momento em que se anunciava um reascenso das lutas populares. A melhor homenagem que podemos fazer é levar adiante essa tarefa. Como disse Mella: “Triunfar ou servir de trincheira aos demais. Até depois de nossa morte somos úteis. Nada de nossa obra se perde” (apud Kohan, 2002). Nas comemorações dos 90 anos da Reforma Universitária de Córdoba é importante que uma grande massa da juventude conheça esse extraordinário movimento. E celebrem a memória dos mortos com lutas que tornem vivas as suas obras!

## BIBLIOGRAFIA

- Bachelard, Gaston 1968 *O novo espírito científico* (Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro).
- Ceceña, Ana Esther 2000 “Rebelión en la UNAM” em *OSAL* (Buenos Aires: CLACSO) Nº20, junio.
- Círia, Alberto y Sanguinetti, Horacio 1968 *Los reformistas* (Buenos Aires: Jorge Álvarez S. A.).
- CLACSO e GT Universidad y Sociedad 2007 “Consideraciones del GT Universidad y Sociedad de CLACSO para la Reforma Radical de las Universidades” em <[www.clacso.org.ar/difusion/secciones/programa-regional-de-grupos-de-trabajo/documentos-de-los-grupos/memoria-del-gt-universidad-y-sociedad](http://www.clacso.org.ar/difusion/secciones/programa-regional-de-grupos-de-trabajo/documentos-de-los-grupos/memoria-del-gt-universidad-y-sociedad)> abril de 2008.
- Kohan, Néstor 2002 *Ni calco ni copia: ensayos sobre el marxismo argentino y latinoamericano* (La Habana: Editorial de Ciencias Sociales).
- Leher, Roberto 2007 “Fast delivery diploma: a feição da contra-reforma da educação superior” em *Agencia Carta Maior* (São Paulo, Brasil, 15/02/07) em <[www.andes.org.br/imprensa/ultimas/contatoview.asp?key=4342](http://www.andes.org.br/imprensa/ultimas/contatoview.asp?key=4342)> 21 de abril de 2008.
- Leyton, Juan Carlos Gómez 2006 “La rebelión de las y los estudiantes secundarios en Chi-

- le. Protesta social y política en una sociedad neoliberal triunfante” en *OSAL* (Buenos Aires: CLACSO) N°20, mayo-agosto.
- Monteiro, Naomar 2007 “Razões para a reestruturação” em *UFBA Revista* (Salvador: UFBA) N°4.
- Rieznik, Pablo 2000 *Marxismo y sociedad: variaciones sobre un tema* (Buenos Aires: Eudeba).
- Tünnermann Bernheim, Carlos 1997 *La reforma universitaria de Córdoba* (México, D. F.: ANUIES).
- Unesco 2008 “Relatório de monitoramento de Educação para Todos Brasil 2008: educação para todos em 2015; alcançaremos a meta?” em <[www.unesco.org.br/publicacoes/livros/relatorioEPTBrasil2008/mostra\\_documento](http://www.unesco.org.br/publicacoes/livros/relatorioEPTBrasil2008/mostra_documento)> 2 de maio de 2008.